

SISTEMA PRISIONAL E AUTOBIOGRAFIA:

DOIS OLHARES (UM QUE PASSA E UM QUE FICA) SOBRE O CARANDIRU

PRISON SYSTEM AND AUTOBIOGRAPHY:

TWO VISIONS (ONE THAT GOES THROUGH AND ONE THAT STAYS ON) ABOUT THE CARANDIRU

Miguel Rettenmaier¹

Bruna Viciniescki²

Resumo: Este trabalho se debruça sobre duas autobiografias relacionadas à extinta Casa de Detenção de SP, popularmente conhecida como Carandiru, quais sejam: *Memórias de um Sobrevivente* (2001), de Luiz Alberto Mendes, e *Estação Carandiru* (1999), de Drauzio Varella. O título do trabalho alude à condição, em detalhe entre parênteses, às circunstâncias de ambos os autores, um que passa pelo espaço voluntariamente, na posição de médico, outro que fica, sob termos que fogem à sua vontade, na condição de apenado. Nessa ordem, Varella relata, sob sua visão de médico, o que presenciou nos dez anos em que conviveu com a massa carcerária da Casa de Detenção entre 1989 e 1999; Mendes, como escritor autodidata que passa por um processo de formação leitora enquanto cumpria sua pena de mais de cem anos, testemunha sobre sua vivência de habitante do Carandiru na década de 1970. A base teórica se articula com os estudos sobre autobiografia, de Lejeune (2014; 2004), associados a termos conceituais de Ricoeur (2007), sobre a memória, e de Bakhtin (2016) sobre a natureza do enunciado. Nas distinções entre ambas as vozes, um ponto comum, como espaço heterotópico (FOUCAULT, 2001), o Carandiru, é focalizado, em um mesmo cenário de violências e violações

Palavras-chave: Memória. Sistema prisional. Autobiografia. Carandiru.

Abstract: This work focuses on two autobiographies related to the extinct Casa de Detenção in SP, popularly known as Carandiru, namely: *Memórias de um Sobrevivente* (2001), by Luiz Alberto Mendes and *Estação Carandiru* (1999), by Drauzio Varella. The title of the work alludes to the condition, in detail in parentheses, to the circumstances of both authors, one who goes through space voluntarily, in the position of a doctor, the other who remains, under terms that are beyond his control, in the condition of a convict. In this order, Varella reports, under his vision of a volunteer doctor, what he witnessed in the ten years he lived with the prison population of the Casa de Detenção between 1989 and 1999; Mendes, as a self-taught writer who goes through a process of reading training while serving his sentence of more than one hundred years, testifies about his experience as an inhabitant of Carandiru in the 1970s. The theoretical basis is articulated with Lejeune's studies on autobiography (2014; 2004), associated with conceptual terms by Ricoeur (2007), about memory, and by Bakhtin (2016) about the nature of the utterance. In the distinctions between both voices, as a heterotopic space (FOUCAULT, 2011) Carandiru, as a common point is focused, in the same scenario of violence and violations.

¹ UPF/CNPq. Professor titular e docente permanente do PPGL e da graduação em Letras. Coordenador do ALJOG/UPF (Acervo Literário de Josué Guimarães), membro da Coordenação das Jornadas Literárias de Passo Fundo e pesquisador CNPq (bolsista PQ-2). E-mail: mrettenmaier@hotmail.com.

² Possui Mestrado em Letras pela Universidade de Passo Fundo (CAPES modalidade I), (2021), graduação em Letras Português e Espanhol e Respectivas Literaturas pela Universidade de Passo Fundo (ProUni) (2018). E-mail: bruna.viciniescki@gmail.com.

Keywords: Memory. Prison system. Autobiography. Carandiru.

Introdução: o que fica é o testemunho

Existe no Brasil um discurso, impulsionado pelo ódio, de que podem ser resolvidos os problemas de segurança pública na abreviação da vida de quem cometa algum crime, reforçado por um ditado popular pelo qual “Bandido bom é bandido morto”. Simplifica-se, assim, o problema da violência no Brasil, com o extermínio de quem comete algum crime, confundindo parâmetros a partir de uma falsa lógica, pela qual a morte de criminosos seria suficiente, em alguma ventura, para acabar com o crime, em si e como fenômeno. No âmago dessa visão redutora, nenhuma complexidade se apresenta, nenhum traço de reeducação se faz presente, nada reparador pode ser possível. A justiça se oblitera em nome da vingança, a impessoalidade da lei se ofusca pela passionalidade das reações.

Edgar Morin (1999) em seu livro *Os sete saberes necessários a educação do futuro*, aponta o contrário das simplificações agudas, ao afirmar que a literatura tem o poder de nos ensinar a não reduzir o todo de um ser humano ao crime que esse possa ter cometido. Quando nos entregamos à história contada por um livro, somos capazes de ver as várias faces que constituem o complexo ser humano e aprender com esses sujeitos feitos de palavras muitas lições de vida, de sofrimento e de humildade. Dentro deste contexto, a literatura é vista como uma forma de resistência, indo contra o senso comum, muito influenciado pela história oficial que, para Paul Ricoeur (2007), é sempre manipulada pelo poder vigente, ao revelar ao leitor histórias de vida, propositalmente apagadas, daqueles que se encontram à margem da sociedade, impossibilitados de terem voz. Luiz Alberto Mendes, em *Memórias de um Sobrevivente*, na condição de escritor autodidata, que escreveu suas memórias enquanto cumpria uma pena de mais de cem anos, segundo Palmeira (2009), torna-se testemunho do que se vive do outro lado da história oficial, de como a violência foi fomentada pelas barbáries do regime militar na década de 70, e não como as determinações do Estado Burocrático-autoritário mantiveram a suposta ordem. Além disso, Mendes descreve em detalhes a opressão dos institutos correcionais para menores, os métodos de tortura do Departamento Estadual de Investigação Criminal de São Paulo (DEIC) e sua experiência na Casa de Detenção, revelando, então, como a ditadura se deu na vida de presos comuns (não

políticos), em sua grande maioria pobres, analfabetos e periféricos, produto da miséria e violência que acometia o país nesse período e desde sempre. Para Valente Junior, “O que o autor oferece é um painel da criminalidade como uma extensão da violência que se legitimou no âmbito dos crimes comuns num reflexo do autoritarismo perpetrado pela ditadura” (2013, p. 71).

Para Hossne (2005), ao comparar o livro de Mendes à *Casa dos mortos*, de Dostoiévski, o livro do escritor brasileiro não deve ser reduzido à rubrica de memórias de cárcere, pois se trata das memórias de um sobrevivente. A autora salienta, ainda, que é na ideia de sobrevivência que reside a grandeza maior dessa obra como literatura. Ao longo do percurso das memórias elencadas pelo autor, é dada uma grande ênfase em como se deu o contato do escritor apenado com a literatura e a filosofia dentro da Penitenciária do Estado, sendo considerado o letramento vivido por ele como principal meio de sobreviver, não apenas fisicamente, mas de encontrar um outro horizonte, outras perspectivas e ideologias que não as do etos criminal. Mendes, por meio de sua comunidade leitora, composta por companheiros e por pessoas com quem passou a trocar cartas, descobre sua subjetividade, se questiona sobre sua relação consigo, com os outros e com o mundo e passa a se interessar pelo regramento dos homens livres:

Conversei com os vizinhos que não liam e fiz uma lista para cada um deles. Assim que o bibliotecário passava, eu pedia ao faxina do andar que recolhesse os livros com eles. Não podia sair da cela, então lia o tempo todo. Fui me apaixonando pelos livros. Lia, em média, oito a dez horas por dia. Era extremamente gostoso, um prazer especial, diferente. Não estava mais tão só, as histórias, os personagens ficavam vivos para mim num passe de mágica. [...] o Submundo do crime começou a me parecer estreito, limitado, e eu já não cabia mais ali. Voava alto, conhecera novos costumes, novos países, novas relações com a vida. (MENDES, 2001, p. 444-445)

É desse processo de autodescoberta provindo da literatura e da filosofia que surge a necessidade de se escrever em uma autobiografia para organizar sua própria história, dando origem a essa obra que se torna um símbolo de denúncia.

Na outra ponta das estruturas sociais, Drauzio Varella publica *Estação Carandiru* em 1999, ano em que aconteceu o julgamento da chacina ocorrida em outubro de 1992. Nesse incidente, a partir dos números oficiais, 111 detentos foram mortos pela polícia depois de um motim, apesar de relatos de presos insistirem em que foram mais de 250 mortes. Mais uma vez, entre os registros oficiais e o testemunho de quem vê e sente, existem discrepâncias.

Nesse sentido, o testemunho não chega das vítimas e desvalidos, mas de uma visão privilegiada quanto à sua posição perante os fatos que comprovam como a truculência policial não fora revista após o processo de redemocratização na década de 80. Varella permite à recepção, em seu livro de cunho testemunhal, que conheça a versão não oficial, dando voz aos presos, para que esses possam contar suas histórias de vida, mostrando ao público que o criminoso possui, como sujeito, uma existência, uma família, sentimentos e ideais. Em resenha publicada na *Revista de Ciências Sociais* (UFC), Vieira define o livro como uma “valiosa fonte de informações e reflexões sobre o maior presídio do Brasil e também sobre a complexidade do chamado mundo do crime na nossa sociedade” (2000, p. 154), a partir de um autor que possui o domínio do conhecimento especializado e a consciência da totalidade do indivíduo. Mesclando as apresentações dos espaços físicos com trechos biográficos dos detentos ou de si mesmo, o autor auxilia o leitor na compreensão “da dinâmica das relações sociais entre as pessoas que vivem e/ou trabalham na cadeia, bem como das relações daquela instituição com outras instâncias da sociedade” (VIEIRA, 2000, p. 154). Leite (2009) e Crema (2017) relacionam o sucesso do livro de Varella à escolha pelo relato de cronista. Leite pondera que, mais do que uma simples descrição de personagens, o autor fornece o estado de espírito de seus entrevistados, pontuando a individualidade de cada um com características físicas, gestuais e maneiras de falar. A esse respeito, Crema afirma que o autor transforma pessoas reais em personagens ficcionais, utilizando-se de uma leveza composicional para cativar o leitor “uma vez que o autor explora seus dramas pessoais, os quais são universais” (2017, p. 100) ao escrever *Estação Carandiru* em linguagem acessível, possibilitando que o livro seja lido por diversos tipos de público.

Ambos os livros obtiveram êxito comercial e possuem mais de uma edição e versão de bolso. *Estação Carandiru* alcançou o primeiro lugar de vendas de livros não ficcionais no ano de seu lançamento, mantendo essa posição por quatro anos e registrando mais de meio milhão de cópias; *Memórias de um sobrevivente*, chegou a vinte mil exemplares vendidos até 2010. O interesse por esses relatos e testemunhos provindos do Carandiru vem principalmente pela comoção e choque que a referida chacina, conhecida como “massacre do Carandiru”, causou na população brasileira. O ocorrido, sem qualquer baixa da parte dos policiais, foi amplamente divulgado pela mídia, entrando para o imaginário das pessoas, ainda causando

controvérsia por suas diferentes versões e resultados inconclusivos. A dramaticidade do fato potencializou a curiosidade geral na população, sendo monetizado através de livros, músicas e filmes.

De onde se vê o Carandiru, do mesmo ao distinto... do distinto ao mesmo.

A análise que buscou comparar as obras aconteceu num encadeamento analítico de dois aspectos, cada um deles apresentando diferentes categorias relacionadas a um tópico temático: a constituição da subjetividade do eu que fala, nos recursos da memória e da ficção, e as diferentes visões sobre o sistema prisional.

O primeiro aspecto leva em consideração o que é proposto por Phillippe Lejeune (2014) e Maria Luiza Remédios (2004) sobre o gênero autobiográfico e sobre o atributo de o texto construir o autor, enquanto o autor escreve. Os estudos autobiográficos auxiliam na compreensão de quem é este autor-narrador-personagem, a imagem que busca passar para o leitor, as influências que teve ao longo do percurso e o levaram a narrar a si mesmo. Esta primeira análise é importante porque, a partir dela, foi possível compreender alguns enfoques que cada autor escolhe para descrever a Casa de Detenção que estão relacionados a essas questões subjetivas e identitárias. No desenvolvimento dessas linhas teóricas, sob a luz dos estudos de Paul Ricoeur em *A memória, a história e o esquecimento* (2007), procurou-se elencar momentos em *Estação Carandiru* e *Memórias de sobrevivente* que evidenciassem os usos da memória e da ficção para composição desses relatos autobiográficos. Também foi ressaltado o abuso da memória no âmbito individual e coletivo (a memória impedida, manipulada e obrigada), as questões sobre o testemunho e o elemento que mais aproxima as obras: o imperativo ético da memória. Para Ricoeur, estamos endividados e temos uma prioridade moral que cabe às vítimas, aos que sofreram derrotas e humilhações, que tencionam a memória coletiva e se debatem por justiça. O autor cita o esquecimento comandado através da anistia e observa a proximidade das palavras *anistia* e *amnésia*, na negação da memória que permite que se promova o apagamento dos crimes, os quais são suscetíveis de ocorrer no futuro pelas faltas do cuidado devido quanto ao passado. Para o teórico, “o evento traumático recalcado tende a aparecer pela compulsão da repetição do ato” (2007, p. 101).

O segundo aspecto é dedicado à comparação dos relatos especificamente sobre o Carandiru. Dessa forma, é desmembrado em outros três pontos: (a.) a estrutura física e social da Casa de Detenção; (b.) o código penal não-escrito – incluindo a hierarquia e economia e (c.) o código moral seguido pelos apenados e as diferentes vozes, ou discursos, que transpassam os textos, que opinam sobre o sistema prisional e à marginalidade.

Bakhtin (2016) teoriza que o enunciado não é apenas uma reprodução de algo que existe fora dele, dado e acabado; o enunciado cria algo que não existia antes dele, sempre relacionado à valoração. Porém, em oposição ao inédito, o que é criado é sempre criado a partir do dado “(a linguagem, o fenômeno observado da realidade, um sentimento vivenciado, o próprio sujeito falante, o acabamento de sua visão de mundo, etc.). O dado inteiro se transforma em criado” (2016, p. 95), gerando, assim, uma dicotomia entre o conteúdo existente e o que surge provindo dele. A partir dessas bases, percebe-se que ambos os autores, Mendes e Varella, partem do mesmo dado, do *mesmo*, o ambiente do Carandiru, mas como indivíduos, as obras se diferenciam pela abordagem única, *distinta*, de cada escritor. Ainda que os autores falem de termos semelhantes, como gírias, leis internas, acessórios improvisados (como é o caso do “fogareiro” ou da “teresa”), é importante lembrar que os enunciados são carregados de signos ideológicos, que podem se ocupar de palavras idênticas que, entretanto, serão carregadas de valores diferentes. Ambos os relatos, como tomadas de consciência que são, constituem-se de expressões ideológicas por sujeitos cuja atividade mental é social e se constitui em um complexo enunciativo que integra a própria posição do sujeito perante o mundo e, no caso do texto autobiográfico, perante si mesmo, quando o sujeito se reconfigura e se constrói pelo que fala. Em um mesmo lugar, em um mesmo espaço, em tempos distintos (o que não significa necessariamente grandes mudanças nas características da penitenciária) quem se expressa representa a si, em si, como alteridade quanto às demais vozes que circulam pelo mesmo território, uma prisão de dimensões labirínticas, de naturezas antagônicas, de condições sub-humanas, na qual operam segmentos coletivos em conflito. Tais distinções, contudo, carregam o peso de um termo comum nos testemunhos: a desumanidade do sistema prisional, a quase repetição do desígnio dos infernos dantescos que desacreditam a esperança.

E isso se integra ao relato autobiográfico em aspecto que não pode ser desconsiderado. A escrita, sua forma, sua ação, é parte da autobiografia de quem a registra. A expressão, a forma como se faz voz, é um dado de identificação do sujeito, uma maneira de reforçar o que Lejeune observa na equiparidade entre autor, narrador e personagem central como pacto que orienta o discurso autobiográfico. Se o objeto de uma autobiografia é a verdade de um passado, o que implica mesmo a possibilidade de verificação, há um outro tipo de verdade, a do texto em si. Para o pesquisador:

The subject of an autobiographical text is the past history of its author. Yet autobiographical writing is itself part of this history and in fact is often represented in text itself. To differing degrees, autobiographies comment on their own genesis: authors may stage their project's origin, keep some sort of writing journal or chronicles, or comment on the techniques they enjoy or the difficulties they will face. (LEJEUNE, 2004, p. 196)

Assim o projeto autobiográfico é parte que integra a vida de quem narra, talvez o fato passado mais recente, seja colocado no calor e na emoção das memórias, seja contido por uma racionalidade que não quer falsificar o acontecido. Nessa visão, os demais discursos que orbitam em torno do sujeito se integram nessa sempre problemática tentativa de resgate, um resgate impossível em sua integridade já que sempre contaminado por visões em diálogo e confronto. Mendes e Varella buscam inserir em seus relatos diferentes discursos, que vão da manipulação das pessoas, comum no regime militar, à visão dos tementes da Assembleia de Deus dentro dos limites da Casa de Detenção. Varella se utiliza dessas diferentes vozes para compor um relato amplo, tecendo as descrições juntamente com a opinião de quem melhor entende sobre aquele lugar: a massa carcerária. Já a narrativa de Mendes, mais fechada a opiniões alheias, cita esses discursos como uma forma de denúncia à manipulação vinda do Estado e ao descaso e preconceito vindos da sociedade civil. Sua autobiografia é parte de sua vida e de suas leituras, recursos e fontes dos quais se apropria. Estão presentes nos dois livros expressões vindas do comum, o repúdio que funcionários e apenados sentem pela imprensa, o discurso sobre a escassez de recursos e o desânimo pela parte do reduzido grupo de profissionais da saúde responsáveis por cuidar de sete mil homens, além dos diferentes pontos de vista sobre os grupos religiosos que se relacionam com esses homens. Enquanto Varella demonstra a insatisfação dos carcereiros em relação aos religiosos, Mendes, na figura de um

prisioneiro, enxerga as instituições religiosas como o único espaço não censurado para que ele e os companheiros possam se expressar.

As descrições sobre a estrutura física e social no Carandiru, porém, revelam em seu conteúdo as maiores semelhanças entre as narrativas: são raras as características dos nove pavilhões que compõe a Casa de Detenção que sofreram significativas mudanças entre a visão de Mendes, que relata sobre um Carandiru de 1973, para a Casa de Detenção de Varella, entre 1989 e 1999. Porém, na forma do relato, reside uma grande diferença entre os autores. Drauzio Varella procura mostrar para o leitor, com o máximo de detalhamento, os aspectos que vão desde o caminho tomado em direção ao presídio, cada um dos pavilhões, até o interior das celas, ocupando a primeira parte de seu relato, ou seja, um terço de seu livro, exclusivamente com isso. Já Luiz Alberto Mendes, em uma busca de autoconhecimento por meio da escrita autobiográfica, que, segundo Taufer (2007), visa a exaltação do eu, numa forma de se distinguir dos que estão em seu redor, em um ambiente que não permite tal distinção, jamais afasta o enfoque da narrativa de seu personagem-narrador. Com isso, as descrições sociais e físicas se restringem a complementar a narrativa de passagens específicas vividas pelo escritor das *Memórias*. Se por um lado essa visão reduzida pode vir a prejudicar uma descrição mais ampla, o narrador de Mendes possui a vantagem de, por meio de descrições emotivas e sensoriais, levar o leitor para “dentro” de ambientes que o narrador da obra de Varella apenas descreve, na visão de quem observa como um visitante. Varella, assim, olha de fora um espaço de encarceramento:

Dali, no dia seguinte, vai para a Triagem Dois, no terceiro andar, aguardar a distribuição, que é feita obrigatoriamente por um dos três diretores: o diretor-geral, o de Disciplina ou o de Vigilância. Fechada durante as 24 horas do dia, esta cela chega a albergar sessenta, setenta e até oitenta homens, dependendo do fluxo da entrada. (VARELLA, 1999, p. 22)

De outra posição, a voz do narrador de Mendes narra o que acontece dentro desse espaço de encarceramento:

Dali fomos conduzidos ao xadrez da triagem. Estava lotado, e nos enfiaram no xadrez sob protestos. Os presos que ali estavam, assim como eu, haviam chegado naqueles dias. Existia uma certa solidariedade. Estendi minha manta num cantinho e ali fiquei. Os companheiros se amontoavam. Passei três dias de cão ali, todos fazendo as necessidades na frente de todos, alimentando-se em pratos sujos, um

fedor de suor azedo impregnava tudo. Ocorreram várias brigas, o que era pior, pois caíam uns por cima dos outros, ninguém estava se aguentando nos nervos ali. (MENDES, 2001, p. 266)

Outra passagem válida para demonstrar como o conteúdo dos livros é semelhante, ainda que separados por duas décadas e escrito por homens de estatutos sociais tão distintos, é a questão do discurso do diretor na hora da divisão para os pavilhões, ressaltado tanto por Mendes quanto por Varella. Nesses discursos, é possível notar uma diferença essencial nos relatos: o uso das citações diretas ou indiretas. O doutor explica logo nas primeiras linhas de sua introdução que seu relato será entrecortado por travessões para que o leitor possa apreciar “a fluência da linguagem, as figuras de estilo e as gírias que mais tarde ganham as ruas” (VARELLA, 2001, p. 11). Já Mendes, registra o discurso de forma indireta, mais como uma interpretação pessoal do que foi dito, do que uma transcrição fiel às palavras do diretor. Nessa relação na qual os aparatos repressivos não oferecem qualquer garantia, resta ao escritor apenas a desconfiança perante à fala de um homem que “afirma” ser o diretor, e o sentimento de que “havia algo de sinistro em sua voz” (MENDES, 2001, p. 265). Nessas escolhas narrativas, sobre o conteúdo dos discursos, nota-se que, mesmo no transcorrer de vinte anos, pouca coisa mudou no ritual de entrada:

Fomos retirados do xadrez e levados em fila até o pátio. Ali nos colocaram diante de um velho de terno. O velho afirmou que era o diretor da casa. Perguntou se alguém de nós tínhamos inimigos na prisão. Ninguém se manifestou. Começou uma prelação. Dizia para que tomássemos cuidado com nosso comportamento com funcionários e presos, porque ali a disciplina era rígida. Havia algo de sinistro em sua voz. Alertou-nos contra drogas e facas: se fôssemos pegos com tais contravenções, iríamos para cela-forte por vários meses, fora o pau de praxe. (MENDES, 2001, p. 265)

Na voz do médico, assim, tudo se repete, mas as ameaças do diretor de Varella são menos veladas:

Na distribuição, o diretor reúne grupos de dez a quinze triagens que, respeitosamente, de mãos para trás, ouvem as normas da Casa: – Vocês estão chegando na Casa de Detenção de São Paulo para pagar uma dívida com a sociedade. Aqui não é a casa da vovó e nem da titia, é o maior presídio da América Latina. Aqueles que forem humildes e respeitarem a disciplina, podem contar com os funcionários para ir embora do jeito que a gente gosta: pela porta da frente, com a família esperando. Agora, o que chega dizendo que é do Crime, sangue nos olhos, que é com ele mesmo, esse, se não sair no rabeção do Instituto Médico Legal, pode

ter certeza que vamos fazer de tudo para atrasar a vida dele. Gente assim, nós temos mania de esquecer aqui dentro. (VARELLA, 1999, p. 22-23)

O rabeção não é apenas um nome, é a vocalização de uma sentença. Não identifica o carro que leva os cadáveres para o necrotério ou o cemitério; expõe um destino possível (desejado por alguns a outrem). O Carandiru, da mesma forma, não é apenas um nome. Não apenas identifica um lugar. Pode ser visto como um espaço justo de castigo a malfeitores, que merecem as piores condições antes de sua morte (e o rabeção); pode ser visto como um projeto que deu errado, já que nada apresenta em termos de correção; pode ser um pesadelo para quem nele se imagina ou se encontra. Certamente é um lugar distinto conforme as lentes verbais de quem passa ou de quem fica. Na realidade é um objeto, como todo e qualquer objeto, “embebido em discursos” (FIORIN, 2016, p. 22). Nas obras de Mendes e de Varella, não se é a realidade em si, mas um signo de sentidos variados e de interpretação plurais. Em outros termos, segundo Foucault (2011), o Carandiru é um lugar heterotópico, que se caracteriza como um local de desvio: os que albergam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida:

São as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas; são, bem entendido também, as prisões, e seria preciso, sem dúvida, acrescentar aí as casas de repouso, que estão de qualquer forma no limite da heterotopia de crise e da heterotopia de desvio, já que, afinal, a velhice é uma crise, mas igualmente um desvio, pois, em nossa sociedade em que o lazer é a regra, a ociosidade constitui uma espécie de desvio. (2001, p. 416)

Remédios (2004) relembra que o ato criativo não parte apenas do inconsciente do escritor, mas que é um produto de uma conjectura sócio-histórica e sofre pressões econômicas e de tradições culturais. A individualidade do escritor é construída pelo social e suas palavras levam em conta, por um lado, as palavras dos outros, difundidas em seu discurso, e, de outro lado, as palavras do interlocutor com quem ele dialoga. Varella e Mendes são outros em (entre) si... Mas falam do mesmo, e pelas mesmas razões se encontram.

Ao falar do código não-penal e inseri-lo nas intenções de seu livro, ainda na introdução, Varella tenta descrever algo que não lhe pertence, que não lhe constitui. Ao contrário, Mendes não expõe o que chama de código criminal para satisfazer a curiosidade do leitor, mas fala de valores que o formaram como parte de um grupo social a qual o escritor pertenceu por quase toda sua vida. A primeira diferença a ser observada entre os dois relatos

é que Varella relaciona o código penal não-escrito, descrito como um rígido código de conduta criado pela própria população carcerária, a uma necessidade de sobrevivência, numa tentativa de organizar a vida de milhares de homens no mesmo espaço. Já Mendes, encara o que ele chama de código criminal como uma conduta que deve ser seguida pelo grupo e que vai definir o ganho ou a perda de prestígio naquele meio:

Ali havia, já de modo dominante, o famoso proceder. Conjunto de normas que eram mais fortes que as leis oficiais do Instituto e que nos governavam, implacavelmente. Um sujeito sem proceder era caguete, veadinho, desprezado, sem direito a tomar atitude de homem com que mexesse com ele. E uma das regras do proceder era que cada um arcasse com as consequências de seus atos. Seria extrema falta de proceder, e, portanto, colocar-se à execração pública, deixar que outros apanhassem por culpa nossa. (MENDES, 2001, p. 159)

Há outros dois momentos na narrativa do escritor apenado que valem a referência. O primeiro, pertencente aos relatos das torturas no DEIC, em que o narrador despoja todo seu ódio na figura do médico, responsável por autorizar as torturas, e decide conseguir um canivete para matar o doutor. Porém, segundo o que ele conta, naquele dia, o médico não estava e o canivete foi encontrado na revista. Mendes não delata o dono do canivete, e por cumprir um dos principais mandamentos da lei do crime que é jamais caguetar um companheiro, goza do prestígio de todos no local: “Eu era herói. No xadrez o respeito era imenso. O dono do canivete era todo sorrisos, passara o maior medo que eu o denunciasse. Ao ter certeza de que eu fora firme, não sabia o que fazer para demonstrar respeito” (MENDES, 2001, p. 399).

O segundo exemplo se passa na Casa de Detenção, em que um prisioneiro chamado Toninho Magrelo assedia o narrador-personagem constantemente. Mendes revela sua preocupação, não apenas com o sujeito que era tido como perigoso, mas porque pelo código criminal, se ele não se insurgisse, não teria o apoio e o respeito de mais ninguém:

O sujeito era realmente perigoso, e ninguém queria se interpor à pressão que ele foi imprimindo sobre mim. Eu precisava me manifestar. Era a lei do crime. Quando me insurgisse contra o agressor, então receberia apoio. Se aceitasse o seu domínio, então seria desprezado, esquecido. Nunca mais poderia levantar a voz para malandro algum. Ele sempre poderia me humilhar, jogando-me na cara que eu já fora montado por alguém. E eu teria que calar, baixar a orelha, porque esse era o costume, o código criminal. (MENDES, 2001, p. 409)

Como se demonstra, as normas que regem esse grupo social estão intrinsecamente relacionadas a um certo código de honra, melhor explicitado em Mendes, mas presente em Varella também. Resumindo o que é uma conduta honrada, tanto para apenados quanto para criminosos livres, o autor descreve:

Malandro possuía moral engessada, com um sentimento fortíssimo de honra. Havia até uma fidalguia, uma nobreza em certos malandros. Acreditavam em duelo a bala ou a faca por questões de moral e honra. Alguns gostavam de arrogar que favoreciam pobres e oprimidos, diziam só roubar ricos. Esse era o ideal de ser malandro, com muita moral e honra inatacável, defendida com a própria vida, em nosso meio. (MENDES, 2001, p. 251-252)

Varella, em relação aos requisitos para se participar da corporação dos faxinas, representantes do topo da hierarquia de importância na prisão, escreve:

Para ser aceito, o candidato não pode ter delatado companheiro, nem ter sido responsável pela prisão de alguém, não pode estar endividado, não pode ter ameaçado de morte um desafeto e não cumprir, não pode ter assumido o papel de laranja, ou seja, ter se responsabilizado pela ação cometida por outro. Enfim: não pode ter mancada no Crime. [...] A corporação é zelosa do comportamento sexual de seus membros. Estuprador jamais é aceito, e, se for desmascarado, corre perigo de vida. Preso abusado sexualmente só será admitido se matar seus ofensores. (VARELLA, 1999, p. 100)

As exigências em relação aos membros da faxina reforçam como a honra é vista neste meio e evidenciam uma ordem inexpugnável: “O mandamento supremo da marginalidade: o crime é silêncio” (VARELLA, 1999, p. 15). O prisioneiro que delata os companheiros é extremamente malvisto. Isso é deixado claro por ambos os autores. Por outro lado, dando importância ao que se diz, evidente é o peso da palavra dada, pois, feita uma ameaça, não há como voltar. Por fim, também revela a questão da virilidade e da honra, sendo o estupro o único crime não aceito pelos companheiros, e aquele que porventura vier a ser estupro, se não reagir, perde completamente o prestígio entre os prisioneiros. Tudo não escrito – ou “escrito” informalmente e, portanto, legível – nos diálogos da rotina, nas condutas diárias, nos julgamentos dos atos, nas sentenças não oficiais e, acima de tudo, compreensível pelos testemunhos.

Outra imposição, incontestável entre os malandros, é o respeito aos visitantes, à visita dos familiares e às visitas íntimas. Esta se configura como uma das leis mais

assimiladas e seguidas por todos, tendo graves consequências àquele que, eventualmente, vier a desrespeitar. Varella se utiliza das falas de um personagem para explicar ao leitor por que é visto como imprescindível manter o respeito perante a figura feminina, reverenciada nos dias de visita:

Se na visita não tiver respeito, doutor, elas vão ficar com medo de voltar, onde que uma conta pra outra algum fato lastimável sucedido, e, daqui a pouco, entre elas: Eu não vou mais lá! Se você não vai, eu também não, é perigoso! [...] É preciso saber proceder: jamais cobiçar a mulher do próximo e manter impecável a ordem geral. Não há falta considerada pequena, qualquer deslize é gravíssimo. Certa vez, um estelionatário de bigodinho bateu na esposa durante a visita e os gritos foram ouvidos nas celas vizinhas. [...] Nas primeiras horas da manhã, em pleno Seguro, o valentão tomou duas facadas. (VARELLA, 1999, p. 63)

Assim, a extensão do código moral é o código penal não escrito, ou o código criminal. A “malandragem” possui um conjunto de regras específicas e bastante difundidas que, se não seguidas, podem acarretar pena de morte. Como qualquer sociedade organizada, partindo de seus conceitos próprios, a massa carcerária possui critérios específicos para estruturar a sua hierarquia social. Como comentado, no topo da hierarquia se encontram os membros da corporação da faxina, espinha dorsal da Casa de Detenção. Abaixo dessa centena de homens eleitos para compor a faxina, há o grupo de homens com prestígio. Mendes afirma que, na hierarquia social da cadeia, existem dois tipos de conceitualizações: “você pode ter poder aquisitivo ou é avaliado pelo grau de periculosidade e tipo de infração. O Coroa, por exemplo, foi capa da manchete como um dos dez mais procurados no país, além de ter capital e propriedades na rua. Ele era o auge de periculosidade e conceituação” (MENDES, 2001, p. 403).

A condição financeira também é bastante relevante nesse meio e representa um novo ponto de encontro nos distintos relatos, entre o do médico e o do apenado. No Carandiru, as celas possuíam dono e valor de mercado. Nada, além das três refeições diárias e da calça caqui, era gratuito na prisão. Portanto, o direito à moradia também deveria ser pago. Isso significa que, abaixo dos que possuíam o prestígio, como comenta Mendes, há aqueles que tinham condições de comprar um xadrez, e dessa forma alugar ou distribuir os beliches. Varella detalha que “no Cinco custam mais barato, de 150 a 200 reais [lembrando, isso em 1999]. Os do Oito, mais caros, podendo chegar a 2 mil.” (VARELLA, 1999, p. 36).

É importante ressaltar, em ambas as narrativas, a importância dada pelos autores nas descrições desse regramento dos homens encarcerados. Varella possui uma abordagem mais categórica e separa essas leis em grupos; Mendes, por sua vez, cita as mesmas leis, não no intuito de explicá-las, mas para esclarecer para o leitor (e para si mesmo) muitas das decisões que tomou ou teve que tomar. A concepção diferente entre a forma de sobrevivência vinda do médico e a forma de ganhar prestígio, vinda do escritor apenado, também interfere na escolha das leis que comentariam ou deixariam de comentar, e reforça a ideia de que um mesmo objeto, neste caso as leis que regem a massa carcerária, além das diferenças vindas da individualidade de cada autor, também são percebidas a partir de diferentes visões e valorações.

Para encerrar este percurso, vale lembrar que para Ricouer (2007) a identidade pessoal é uma identidade temporal, ou seja, está intimamente ligada à memória. Bezerra e Lebedeff (2012) complementam a ideia trazida pelo autor ao afirmarem que a memória é um recurso para a manutenção de identidades, assim como o relato autobiográfico que a registra em um suporte escrito:

A memória pode ser pensada, portanto, como um recurso para a manutenção de identidades, situada em um limite tênue entre a eleição de memórias que se preservam e daquelas que se cancelam. E, é entre memórias e esquecimentos que se configura a pessoa enquanto sujeito, evidentemente social. (BEZERRA; LEBEDEFF, 2012, p. 37)

Considerações finais: “Gente assim, nós temos mania de esquecer aqui dentro”

Da mesma forma como nos espaços prisionais um microcosmo complexo segue informalmente um código bastante conhecido, embora sem registro oficial, no mundo de fora, que permite apenas aos que “passam” a breve contemplação dos seus interiores, códigos invisíveis também orientam ações e discursos. Como referido, para Ricouer, o esquecimento é uma dívida que não se salda quando se anistiam os abusos do passado. Nesse sentido, os que sofrem injustiças e humilhações não encontram reparo nem, ao menos, no sentido de que tenham seu testemunho registrado. A fala do diretor da prisão é elucidativa: “Gente assim, nós temos mania de esquecer aqui dentro” (VARELLA, 1999, p. 22-23). Assim, a pesquisa com a autobiografia pode mais do que dar voz a alguém que testemunha, pode resistir ao

esquecimento deliberado, planejado, programado. Esta pesquisa foi norteadada pela questão: quais os aspectos distintos e quais os aspectos semelhantes que aparecem nas duas obras autobiográficas, e que fatores podem estar relacionados à constituição de tais pontos de vista, em tamanha incompatibilidade de local social, mesmo que em torno de um mesmo espaço, a Casa de Detenção de São Paulo?

Procuramos evidenciar estes aspectos distintos e semelhantes e os fatores que dialogaram com as questões que envolvem a memória, a ficção, o testemunho, as influências do horizonte social de quem se recorda. Concluímos, ao final dessa jornada, que, mesmo em tamanha incompatibilidade de local social, as autobiografias de Luiz Alberto Mendes e Drauzio Varella possuem mais semelhanças, no que tange às descrições da Casa de Detenção, do que diferenças. Muito do que é descrito pelo olhar observador de Varella é confirmado pelo narrador que vivencia essas descrições em Mendes. Isso se dá, possivelmente, pela tomada de consciência que parece estruturar suas obras. As autobiografias revelam o que de transformador a prisão oferece, nas mais doloridas formas e nas incômodas descobertas. Da mesma forma, reiteram a necessidade de que essa transformação encontre registro e leitura. Nesse aspecto, as obras têm uma inegável dicção de resistência.

Ambos negam que a intenção do livro seja denunciar um sistema prisional falido, mas é possível encontrar, em suas descrições, críticas, entre sutis ou mais explícitas. Mesmo que os relatos se voltem para duas décadas diferentes, com um espaço temporal de vinte a trinta anos entre elas, a estrutura física, a distribuição dos apenados para os pavilhões, os ritos, a hierarquia, o código moral e penal dos apenados se manteve praticamente inalterada entre um relato e outro. O Carandiru foi um lugar esquecido pela sociedade, da mesma forma como toda prisão o é. Por isso nada muda, pouca coisa se transforma em termos dos mais significativos estatutos.

A hipótese de que a influência principal das diferenças se daria pela constituição dos pontos de vistas assimétricos socialmente foi confirmada apenas em parte. Por mais que os autores partam de realidades distintas, as maiores diferenças se deram mais pela intencionalidade da narrativa do que por diferentes posicionamentos acerca do mesmo objeto. Ambos os autores, de tão distintos, em situação de trânsito ou de permanência, estão em um processo incômodo ou mesmo doloroso de aprendizado quanto ao espaço que os cerca. Para

sobreviver ou trabalhar, devem ler o espaço da prisão, descobrir outros limites além dos muros que os separam do exterior. E o peso desse aprendizado tem um preço a ser pago: o registro autobiográfico do que se viveu.

O que diferencia, de fato, *Memórias de um sobrevivente de Estação Carandiru* são três aspectos: o primeiro é relacionado ao uso que os autores fazem do gênero autobiográfico. Enquanto Mendes, marcado por eventos traumáticos, em uma jornada de interioridade após ter contato com a literatura e a filosofia, busca por meio deste relato unificar uma imagem fracionada de si e se reconstruir perante a si e ao leitor, Varella não tem a intenção de contar sua história pessoal, de se descobrir e revelar sua intimidade ao leitor, mas elege a autobiografia como uma forma de ressaltar o testemunho que pretende divulgar sobre um mundo heterotópico que teve contato, ou seja, uma parcela marginalizada pela sociedade que cria uma ordem própria, com conceitos, regras, hierarquias e linguagem próprias. O uso da autobiografia em Varella é relacionado à força simbólica de escrever em primeira pessoa, para expressar ao leitor que, por mais que ele não pertença àquele lugar, que aquele lugar não o constitua, tem autoridade para falar sobre o que viu dessa realidade com seus próprios olhos.

O segundo aspecto está relacionado às escolhas do narrador de cada um dos escritores. Mendes jamais distancia o foco da narrativa de seu narrador-personagem, se descreve pessoas, lugares, instituições, objetos, livros é porque estes estão intimamente ligados à sua trajetória de aprendizado e crescimento. Se por um lado, essa escolha limita as descrições de uma forma mais ampla, ela permite ao leitor uma maior imersão em descrições sensoriais. Mendes não descreve que as celas da triagem dois se encontram no terceiro andar do pavilhão Dois, mas suas descrições de como é estar naquela cela transportam o leitor para dentro daquele espaço. Varella optou por um narrador, na medida do possível, mais neutro. Busca relatar mais o que viu e ouviu do que viveu. Se esmera em detalhes, descreve do mais amplo ao mais específico, contextualizando o local para poder descrever aqueles homens que são objeto de seu fascínio.

O terceiro aspecto é a abertura para as vozes do outro. Mendes possui uma narrativa mais fechada porque busca uma individualidade em um espaço que não lhe permite isso. Por meio de suas leituras e depois de seu processo de escrita, o autor procura se diferenciar dos demais para descobrir quem é. Então, a narrativa é muito centrada em volta de si,

diferenciando-se, inclusive, de outras narrativas do cárcere que abrem espaço para os relatos de companheiros. Paradoxalmente, para ser o sobrevivente, é necessário demonstrar ao que sobreviveu e esse movimento revela a história daqueles que não sobreviveram. Mendes busca a subjetividade, mas se torna representante de uma coletividade e demonstra ter consciência disso, na medida em que usa constantemente a primeira pessoa do plural para afirmar que, por todas as mazelas que passou, não as vivenciou sozinho. E o recurso de Mendes para falar veio dos livros que leu.

Varella, ao contrário, se cerca diretamente da palavra dos outros para falar de uma vivência que não é sua pelo local social que possui por ser um homem branco, heterossexual e de classe média, com prestígio na mídia, mas que passa a fazer parte, a partir do momento em que dedica anos de sua vida ao voluntariado dentro dessa microssociedade. *Estação Carandiru*, com o delimitador “estação”, lugar de passagem, é perpassado pelas falas, em estilo direto, das pessoas mais capacitadas para falar sobre a sociedade que habita dentro daquelas muralhas: os próprios apenados e os responsáveis por cuidar deles, os carcereiros e a equipe administrativa. Varella se põe na posição de porta-voz de homens propositalmente esquecidos pela sociedade e apagados da história. Ele permite que contem suas histórias, suas versões dos ocorridos e os humaniza na medida em que demonstra ao leitor que, por trás da imagem redutora de criminoso, existem pessoas que valorizam e respeitam suas famílias e que possuem problemas universais, o que os aproxima daqueles que leem. E o recurso de Drauzio para escrever veio das falas que ouviu.

E isso nos leva à maior semelhança, a nível simbólico, destes relatos sobre o Carandiru: Luiz Alberto Mendes e Drauzio Varella firmam um compromisso com o imperativo ético do dever da memória. Diante dos abusos da memória individuais e coletivos, ambos os autores vivenciaram a distorção, a manipulação, o apagamento da história. Mendes, vivendo em um período de Ditadura Militar, que, por meio da anistia e da história oficial propagada, procura apagar as marcas da tirania e da opressão sentidas com maior impacto sobre aquela população pobre e pouco letrada, fadada a morrer duas vezes, uma física e outra simbólica, causada pelo esquecimento imposto. Já Varella lança seu livro no ano do julgamento do massacre do Carandiru, sete anos depois do ocorrido, em que pessoas que faziam parte do seu cotidiano morreram de forma bárbara, para se transformarem em números

oficiais muito aquém do relatado pelos apenados. Esses escritores se utilizam da literatura como uma alternativa de deixar registrado de forma escrita o que foi escolhido pela história oficial para ser esquecido. A literatura é um ponto de encontro.

A literatura tem um papel fundamental para combater essas imagens pré-concebidas porque insere o leitor em espaços que dificilmente seriam alcançados fisicamente. O público ao qual Mendes e Varella se direcionam desconhece a realidade desses homens já que não passa ou fica neste ambiente de heterotopia. Por tal desconhecimento, nenhuma tomada de consciência retira de parte da recepção o desejo de extermínio ou o ódio pelos presos. Assim, a leitura sobre a vida desses dois homens permite que se aviste não suas existências particulares, em um gênero que aparentemente exalta o indivíduo, mas que se iluminem os espaços escuros da sociedade e da memória.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Trad. Maria Galvão Pereira. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BEZERRA, Daniele Borges; LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Inscrições no tempo e identidade: O idoso na sociedade ocidental contemporânea, vínculo com o futuro ou estigma de finitude? *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropolgia, Arqueologia e Patrimônio*, Vol. 9, n. 17/18, p. 27-47, 2012.
- CREMA, João Vitor Zanini. *Memórias do cárcere: a Estação Carandiru de Drauzio Varella*. In: Encontro de pesquisa em história: revoluções e movimentos sociais. Anais. Bauru: USC, p. 96-108, 2017.
- HOSSNE, Andrea Saad. Autores na prisão, presidiários autores: anotações preliminares à análise de Memórias de um sobrevivente. *Literatura e sociedade*. n.8. São Paulo: Nankin editorial, p. 126-139, 2005.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- FOUCAULT, M. Outros espaços. *Ditos e Escritos III*. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Trad. Manuel Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 411-422, 2001.
- LEITE, Carla Sena. *Ecos do Carandiru: Estudo Comparativo de quatro narrativas do Massacre*. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFRJ. Rio de Janeiro, 108 p., 2009.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- LEJEUNE, Phipippe. Auto-genesis: Genetic studies of autobiographical text. In: DEPPMAN, Jed; FERRER, Daniel; GRODEN, Michael. *Genetic Criticism: Text and avant-textes*. University of Pensylcania Press, 2004.
- MENDES, Luiz A. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORIN, Edgar; CARVALHO, Edgard de Assis (Rev.). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. Brasília: Cortez, 1999.

- PALMEIRA, Maria Rita Sigaud Soares. *Cada história, uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 180 p., 2009.
- REMÉDIOS, Maria Luiza. O empreendimento autobiográfico em Josué Guimarães e Érico Veríssimo. In: ZILBERMAN, Regina. et al. *As Pedras e o Arco: Fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 277-342, 2004.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- TAUFER, Adauto L. *Do factual ao ficcional: memória, história, ficção e autobiografia nas Memórias de um sobrevivente, de Luiz Alberto Mendes*. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFRGS. Porto Alegre, 164 p. 2007.
- VALENTE JUNIOR, Valdemar. Espaços da violência na narrativa brasileira contemporânea. *est. lit. bras. contemp.*, Brasília, n. 42, p.68-78, jul/dez. 2013.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VIEIRA, Sumalita. Estação Carandiru. *Revista de Ciências Sociais*. v 31 n.1, p. 154-155, 2000.

Recebido em: 15/06/2021; Aceito em: 22/08/2021.